

OF  
H

**CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO AIKIDO**  
**N.º CP/08/FPA/2017**

Entre:

1. A **FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE AIKIDO**, pessoa coletiva de direito privado, titular do estatuto de utilidade pública desportiva, concedido por Despacho n.º 10358/2013, de 3 de Julho do Secretário de Estado do Desporto e Juventude, com sede na Rua de Coimbra, 59 -3º Dto, Carcavelos, 2775-539 Carcavelos, NIPC 502477350, aqui representada por Miguel Luis Ferreira Sendim, na qualidade de Presidente, adiante designada por **1.º OUTORGANTE**.

e

2. A **ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA AIKI SHUREN DOJO**, pessoa coletiva de direito privado, com sede na Rua do Arco do Chafariz das Terras, 13ª, 1200-607 Lisboa, NIPC 502109734, representada por Jorge Santana Feio, na qualidade de Presidente, adiante designada por **2.º OUTORGANTE**.

Nos termos do artigo 7.º Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro - Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo – que regula as participações financeiras concedidas às associações desportivas é celebrado um contrato para o Desenvolvimento do Aikido que se rege pelas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA 1.ª**

**Objeto do contrato**

Constitui objeto do presente contrato a concessão de uma participação financeira à execução do **Programa para o Desenvolvimento do Aikido** que o **2.º OUTORGANTE** executou no decurso do ano de 2017, nos termos do seu **Plano de Actividades e Orçamento** para o referido ano.

**CLÁUSULA 2.ª**

**Período de execução do programa**

O período de execução do programa objeto de participação financeira ao abrigo do presente contrato-programa termina em 31 de Dezembro de 2017.

**CLÁUSULA 3.ª**

**Participação financeira**

A participação financeira a prestar ao **2.º OUTORGANTE**, para apoio exclusivo à actividade referida na cláusula 1.ª, é fixada em 291,00 euros para efeitos do presente contrato, deduzidos de quaisquer quantias devidas ao **1.º OUTORGANTE**.

**CLÁUSULA 4.ª**

**Disponibilização da participação financeira**

A participação referida na cláusula 3.ª será disponibilizada pelo **1.º OUTORGANTE** após transferência, pelo IPDJ, das verbas respeitantes ao apoio concedido por esta entidade no âmbito do Programa "Actividades Regulares".

**CLÁUSULA 5.ª**

**Obrigações do 2.º OUTORGANTE**

São obrigações do **2.º OUTORGANTE**:

- a) Garantir a filiação na FPA e a existência de Seguro Desportivo para todos os seus praticantes, treinadores e dirigentes;
- b) Pagar a taxa anual no período previsto (Janeiro), não reter indevidamente as verbas entregues pelos praticantes para inscrição/renovação federativa e passar prontamente recibo ou declaração relativa a todas as quantias concedidas, a qualquer título, pela federação.
- c) Até 20 de Janeiro de 2018, enviar à FPA uma declaração do mediador (ou Seguradora) comprovando a existência de Seguro Desportivo para praticantes, treinadores e dirigentes, referida a 31 de Agosto de 2017, quando o mesmo não seja o contratado pela FPA;
- d) Até 20 de Janeiro de 2018, enviar o seu calendário de eventos a realizar em 2018, para publicitação no website da FPA e integração no calendário geral federativo 2018;
- e) Até 31 de Janeiro de 2018, enviar a lista de eventos efectivamente realizados em 2017, para incorporação de aspectos relevantes no relatório de gestão e contas federativo 2017.

**CLÁUSULA 6.ª**

**Incumprimento das obrigações do 2.º OUTORGANTE**

1. Sem prejuízo do disposto na cláusula 8.ª, há lugar à suspensão das participações financeiras por parte do **1.º OUTORGANTE**, quando o **2.º OUTORGANTE** não cumpra:

- a) As obrigações referidas na cláusula 5.ª do presente contrato-programa;
- b) As obrigações contratuais constantes noutros contratos-programa celebrados com o **1.º OUTORGANTE**;
- c) Qualquer obrigação decorrente das normas legais em vigor.

2. Os pagamentos previstos na cláusula 4.ª são suspensos até que o 2.º OUTORGANTE regularize obrigações contratuais em falta e/ou reponha quaisquer verbas em dívida para com a federação.

#### CLÁUSULA 7.ª

##### **Combate às manifestações de violência associadas ao desporto, à dopagem, à corrupção, ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação, entre as quais as baseadas no género**

O não cumprimento pelo 2.º OUTORGANTE do princípio da igualdade de oportunidades e da igualdade de tratamento entre homens e mulheres, das determinações da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) e do Conselho Nacional do Desporto, e de um modo geral, da legislação relativa ao combate às manifestações de violência associadas ao desporto, à dopagem, à corrupção, ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação, entre as quais as baseadas no género, implica a suspensão e, se necessário, o cancelamento das participações financeiras concedidas pelo 1.º OUTORGANTE.

#### CLÁUSULA 8.ª

##### **Dever de Tutela**

Compete ao 1.º OUTORGANTE apoiar a execução do presente contrato, podendo promover, para o efeito, reuniões de trabalho e outras formas de coordenação com o 2.º OUTORGANTE que permitam identificar anomalias e determinar melhores formas de apoio.

#### CLÁUSULA 9.ª

##### **Revisão do contrato**

O presente contrato-programa pode ser modificado ou revisto por livre acordo das partes e em conformidade com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

#### CLÁUSULA 10.ª

##### **Vigência do contrato**

Sem prejuízo da satisfação das obrigações contratuais estabelecidas na cláusula 5.ª supra, o presente contrato termina em 31 de Dezembro de 2017.

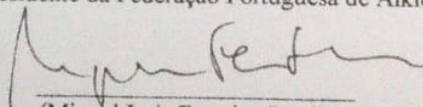
#### CLÁUSULA 11.ª

##### **Disposições finais**

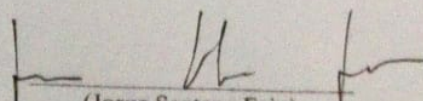
1. O presente contrato será publicitado no *website* da Federação Portuguesa de Aikido.
2. Os litígios emergentes da execução do presente contrato são submetidos a arbitragem nos termos da lei.
3. Da decisão cabe recurso nos termos da lei.

Assinado em Carcavelos, em 27 de Dezembro de 2017, em dois exemplares de igual valor.

O Presidente da Federação Portuguesa de Aikido

  
(Miguel Luis Ferreira Sendim)

O Presidente da Associação Portuguesa Aiki Shuren Dojo

  
(Jorge Santana Feio)